

COORDENADOR

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Promotor de Justiça do MPCE

AUTORES

ALEXANDRE BASÍLIO COURA

Analista Judiciário do TRE/RS

EDSON DE RESENDE DE CASTRO

Promotor de Justiça do MPMG

HENRIQUE NEVES DA SILVA

Advogado Eleitoralista e Ex-Ministro do TSE

HIGOR VINICIUS NOGUEIRA JORGE

Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo

JOÃO PAULO OLIVEIRA

Advogado eleitoralista

RODRIGO LÓPEZ ZILIO

Promotor de Justiça do MPRS

A Nova **CAMPANHA ELEITORAL** **2020**


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

CAPÍTULO 1

Breves Comentários À Ec 107 de 2020	15
1. Introdução.....	15
1.1. Nova(s) Data(s) da Eleição	16
2. Alterações de Outros Marcos do Processo Eleitoral	20
2.1. Afastamentos do Pré-Candidatos Apresentadores ou Comentaristas dos Programas de Rádio e Televisão.....	22
2.2. Convenções Partidárias Virtuais	25
2.3. Registro de Candidatura e Início da Propaganda Eleitoral	28
2.4. Propaganda Eleitoral.....	30
2.5. Prestação de Contas.....	32
2.6. Os Prazos de Desincompatibilização.....	36
2.7. Limitação da Propaganda Eleitoral por Ato da Autoridade Municipal.....	39
2.8. Condutas Vedadas.....	41
3. Prazos Operacionais do Processo Eleitoral	43
4. A Anualidade Eleitoral.....	44

CAPÍTULO 2

Inelegibilidades.....	53
------------------------------	-----------

CAPÍTULO 3

Coligações e Convenções Partidárias.....	69
1. Coligações Partidárias.....	69
2. Convenções Partidárias	70

CAPÍTULO 4

Registro de Candidatura	75
--------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 5

Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura.....	79
1. Objetivo e Hipóteses de Cabimento	79
2. Competência	79
3. Prazo para o Ajuizamento	80
4. Preclusão.....	80

5. Legitimidade	80
6. Causas de (In)Elegibilidade e Momento de Aferição.....	82
7. Sentença e Recurso	84

CAPÍTULO 6

Propaganda Política e Ações Judiciais Correlatas.....	89
1. Propaganda Partidária.....	89
2. Propaganda Intrapartidária.....	90
3. Propaganda Eleitoral.....	90
3.1. Proibições.....	91
3.2. Propaganda Permitida.....	98
4. Representação por Propaganda Irregular	103
5. Direito de Resposta	104

CAPÍTULO 7

Campanha Eleitoral na Internet, Tecnologia, Marketing e Desinformação	107
1. Introdução.....	107
2. Reflexões Essenciais para as Próximas Eleições.....	108
2.1. As Dez Reflexões Imperativas Sobre Campanhas Eleitorais na Internet para as Próximas Eleições.....	108
2.2. Fim da Prevalência do Rádio e Tv Como Ferramenta Mais Influyente da Propaganda Política	108
2.3. O Impulsionamento é Garantia de Resultado Positivo no Pleito? Quanto Mais Eu Impulsionar, Maiores as Chances de Ser Eleito?	109
2.4. Como Se Justificar o Duopólio do Impulsionamento de Campanhas Eleitorais na Internet em Apenas Duas Empresas de Mídias Sociais Estrangeiras nas Eleições de 2018? Há Fundamento Jurídico para Isso?	112
2.5. Poder de Polícia: Quais São os Limites da Atuação do Juiz Eleitoral nas Propagandas Eleitorais na Internet ao Exercer o Poder de Polícia? Como Lidar com a Ubiquidade da Propaganda Eleitoral na Internet?	115
2.6. Qual é o Conceito de Anonimato na Internet a Partir da Resolução Aplicada em 2018? Sempre Será Possível Responsabilizar os Autores dos Ilícitos?.....	117
2.7. É Possível Haver Contratação e Pagamento de Impulsionamento Político na Pré-Campanha?	121
2.8. É Possível que Sejam Fiscalizados, Coibidos e Punidos os Gastos de Pré-Campanha?.....	124
2.9. Deve a Justiça Eleitoral Intervir nas Discussões Políticas Realizadas por Meio de Aplicativos a Exemplo do Whatsapp?.....	126
3. Desinformação e Eleições: o Novo Normal.....	127
3.1. O Uso das Tecnologias de Comunicação na Política.....	127
3.2. Saem as Ondas Sonoras e Chegam as Primeiras Imagens	129

3.3. Internet, a Autoestrada da (Des)Informação	130
3.4. O Perfilamento Psicográfico	131
3.5. O Facebook e a Empresa Cambridge Analytica	133
4. <i>Fake News</i> : Táticas Antigas por Instrumentos Modernos	136
4.1. Tipos de <i>Fake News</i>	139
4.2. Eleições 2020 no Brasil	141

CAPÍTULO 8

<i>Fake News</i>, Investigação Criminal Tecnológica e Campanha Eleitoral.....	143
1. Introdução.....	143
2. Tecnologia, Profissionalização das <i>Fake News</i> e Bots	144
3. Verificação de Fatos	146
3.1. Principais Ferramentas para Verificação de Fatos.....	146
3.2. Exemplos de Checagem de Notícias	151
4. <i>Fake News</i> e Crimes no Cenário Eleitoral.....	152
5. Remoção de Conteúdo Ofensivo	154
6. Denúncia de Publicação/Perfil do Facebook em Razão de Ofensa a Seus Termos de Uso	155
6.1. Denúncia Sobre Perfil do Facebook.....	155
6.2. Denúncia de Publicação do Facebook.....	156
7. Denúncia de Perfil, Publicação ou Mensagem Direta Onunda do Instagram em Razão de Violação das Diretrizes da Comunidade	157
7.1. Denúncia de Perfil do Instagram	157
7.2. Denúncia de Mensagem do Instagram	158
7.3. Denúncia Contra Publicação do Instagram.....	158
8. Denúncia Contra Perfil/Grupo do Whatsapp em Razão da Violação dos Seus Termos de Serviço.....	159
8.1 .Denúncia Contra Perfil do Whatsapp	160
8.2. Denúncia Contra Grupo do Whatsapp	161
9. Denúncia Contra Canal/Video do Youtube.....	162
10. Aspectos Práticos da Investigação de Crimes de Notícias Falsas no Cenário Eleitoral	162
11. Afastamento de Sigilo de Perfil do Facebook/Instagram e de Conta do Whatsapp	162
11.1. Modelo de Representação para Afastamento de Sigilo de Perfil do Facebook/Instagram e de Conta do Whatsapp	163
12. Afastamento do Sigilo dos Dados Eletrônicos Armazenados Pelo Google do Investigado.....	166
12.1. Modelo de Representação de Afastamento de Sigilo dos Dados Eletrônicos Armazenados Pelo Google.....	166
13. Preservação Cautelar de Informações Sobre Publicação.....	168
13.1. Modelo de Solicitação de Preservação Cautelar de Registros Eletrônicos de Publicação Ofensiva....	168
14. Conclusões.....	169

CAPÍTULO 9

Pesquisas Eleitorais	171
1. das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais	171
1.1. Fundamento Legal	171
1.2. Conceito	171
1.3. Registro das Informações	171
1.4. Inclusão de Nome de Pré-Candidatos e Pesquisa de Cargos Municipais	173
1.5. Publicidade e Divulgação do Registro das Informações	174
1.6. Acesso ao Sistema Interno de Coleta de Dados	174
1.7. Divulgação das Pesquisas	175
1.8. Impugnação da Pesquisa	175
1.9. Prazo de Ajuizamento da Representação	177
2. Tipos de Irregularidades nas Pesquisas Eleitorais e Sanções	177
2.1. Enquete ou Sondagem	179
2.2. Crime de Pesquisa Fraudulenta	180

CAPÍTULO 10

Ilícitos Eleitorais Cíveis	181
---	-----

CAPÍTULO 11

AJE	183
1. Da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AJE)	183

CAPÍTULO 12

Financiamento e Prestação de Contas das Campanhas Eleitorais	201
1. Introdução	201
2. Igualdade, Transparência e Direito de Informação no Financiamento Eleitoral	204
2.1 Princípio da Igualdade Gradual	204
2.2. Princípio da Transparência	208
2.3. Obrigatoriedade da Prestação de Contas e o Financiamento Eleitoral em Prol do Direito de Informação do Eleitor	210
3. as Formas do Financiamento Eleitoral. Público X Privado	213
3.1. Fontes do Financiamento Público no Brasil	215
3.1.1. Fundo Partidário	215
3.1.1.a. Incentivo da Participação Feminina com Recursos do Fundo Partidário	216
3.1.2. Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC	219
3.1.2.a. Incentivo da Participação Feminina com Recursos do FEFC	221

3.1.3. Critérios de Divisão Interna dos Recursos Públicos Recebidos Pelos Partidos Políticos....	223
3.2. As Fontes do Financiamento Privado no Brasil.....	225
3.2.1. Doações das Pessoas Físicas.....	227
3.2.2. Uso de Recursos Próprios.....	232
3.2.3. Outros Meios de Arrecadação de Recursos.....	233
3.4. Fontes Vedadas e os Recursos de Origem Não Identificada - RONI.....	234
4. Gastos Eleitorais.....	236
4.1. Os Honorários Advocatícios e dos Profissionais de Contabilidade.....	238
4.2. O Teto de Gastos das Campanhas Eleitorais.....	241
5. O Processo de Prestação de Contas.....	243
5.1. Prestação de Contas Como Processo Jurisdicional.....	243
5.2. Obrigatoriedade da Prestação de Contas de Quem Não Participou da Eleição.....	245
5.3. O Julgamento das Contas de Campanhas.....	246
5.4. Independência Entre a Prestação de Contas e Outras Ações Judiciais Eleitorais.....	249
6. Conclusão.....	250

CAPÍTULO 13

O Dia das Eleições.....	253
--------------------------------	------------

CAPÍTULO 14

Recurso Contra Expedição do Diploma - Rced.....	255
1. Fundamento Legal e Objetivo.....	255
2. Prazo.....	256
3. Hipóteses de Cabimento.....	256
4. Competência e Procedimento.....	259
5. Legitimidade.....	259
6. Efeitos.....	259

CAPÍTULO 15

AIME.....	261
1. Da Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME).....	261

CAPÍTULO 16

Crimes Eleitorais nas Campanhas.....	273
1. Conceito de Infração Penal Eleitoral (Análise Formal e Material).....	273
2. Competência Legislativa e Previsões Típicas.....	276
3. Pseudo Infrações Penais Eleitorais.....	278

4. Regime Jurídico Material Híbrido e Peculiaridades Normativas	282
5. Aplicação dos Institutos Despenalizadores no Processo Penal Eleitoral	298
6. Vedação de Prisão Prevista no Código Eleitoral (Filtragem Constitucional e Reflexos da Lei Anticrime na “Garantia Eleitoral” do Artigo 236).....	304
7. Crimes do Código Eleitoral.....	315
7.1. Desordem dos Trabalhos Eleitorais	315
7.2. Impedimento ou Embaraço ao Sufrágio.....	323
7.3. Prisão nos Dias que Antecedem as Eleições.....	326
7.4. Corrupção Eleitoral.....	327
7.5 . Crimes de Coação Eleitoral.....	339
7.5.1. Coação Eleitoral Moral Praticada por Servidor Público	340
7.5.2. Coação Eleitoral Praticada por Particular	343
7.6. Promover a Concentração de Eleitores no Dia da Eleição com o Fim de Impedir, Atrapalhar ou Fraudar o Voto	346
7.7. Violação do Sigilo do Voto.....	348
7.8. Divulgação de Fatos Inverídicos na Propaganda.....	351
7.9. Crimes Eleitorais Contra a Honra.....	357
7.9.1. Calúnia Eleitoral	360
7.9.2. Difamação Eleitoral	361
7.9.3. Injúria Eleitoral	361
7.10. Crimes Contra a Propaganda Eleitoral.....	362
7.11. Uso de Organização Comercial e Atividades Beneficentes para a Realização de Propaganda ou Aliciamento de Eleitores	363
REFERÊNCIAS	371
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	375

Acesse o conteúdo *on-line* do livro:

Escaneie o código com seu smartphone ou acesse:

<https://diariododireito.com.br/#/qrcodeshow/5>

